

Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924) *

Sylvia Levi-Moreira

Mestre em História Social pela USP

"Governar é prever. Precisamos nos antecipar sempre ao que nos impõe a fatalidade dos acontecimentos". (Mário Pinto Serva — A Liga Nacionalista. *O Estado de São Paulo*, 3/8/1956, p. 5)

Na segunda década do século XX o Brasil testemunhou diversas manifestações de etor nacionalista. Dentre as muitas associações e pequenos grupos nacionalistas que surgiram em vários pontos do país, destacou-se a Liga de Defesa Nacional, fundada pelo poeta parnasiano Olavo Bilac no Rio de Janeiro em 1916. Bilac, propagador das idéias nacionalistas, percorreu grande parte do território brasileiro estimulando o surgimento e desenvolvimento de associações congêneres à Liga de Defesa Nacional. A Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), que consideraremos neste artigo, foi fundada na capital paulista do final do ano de 1916 sob inspiração bilaquiana.

(*) — Este trabalho é baseado em Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, em 1982, e realizada com o auxílio da FAPESP

A LNSP nasceu vinculada às escolas superiores, marcadamente à Faculdade de Direito. Na presidência atuou, durante todos os anos de existência da entidade, Frederico Vergueiro Steidel, professor catedrático de Direito Comercial da escola do Largo de São Francisco. A vice-presidência esteve nas mãos dos profs. A. F. de Paula Souza, da Escola Politécnica, e Arnaldo Vieira de Carvalho, da Faculdade de Medicina. A LNSP, afirmando-se como uma associação extra-partidária, tinha como objetivos principais lutar pelo voto secreto e obrigatório, pela efetiva aplicação da lei da obrigatoriedade do serviço militar e pela difusão da instrução e desenvolvimento da educação em todo o país (1).

O que confere especificamente à LNSP é o fato de que a entidade se caracterizou essencialmente pela ação. A campanha iniciada pela Liga, em prol do que seus integrantes chamavam de reerguimento do caráter nacional, foi feita através de intensa propaganda, com conferências na capital e interior de São Paulo. A entidade fundou escolas de alfabetização para adultos, publicou o manual de instrução cívica de Antonio de S. Dória (2), desenvolveu intensa campanha pelo voto secreto através dos diversos canais de comunicação existentes no período (cinema, imprensa, folhetos) e enviou mensagens e circulares às autoridades locais pugnando pela legislação do voto secreto (3). Incentivou ainda a juventude a cooperar na campanha pelo serviço militar, proposta pelas forças armadas. A LNSP difundiu o conceito de que a passagem pelo exército era a melhor escola de moral e civismo. Entre as campanhas secundárias, destacaram-se as lutas contra os jogos de azar e contra o alcoolismo (4).

A nossa preocupação neste artigo não é simplesmente descrever as atividades da LNSP, mas discutir o significado da LNSP no contexto em que ela surgiu e o porque do seu surgimento.

Para que se entenda a atuação da LNSP é preciso considerar que a associação surgiu em plena Primeira Guerra Mundial. O conflito internacional foi um contexto favorável à discussão da temática em torno da “Nação”, na própria medida em que a luta entre as nações se acirrava.

(1) — V. *Estatutos da Liga Nacionalista de São Paulo*, São Paulo, Tip. Cardozo Filho, 1917.

(2) — Dória, Antonio de Sampaio — *O que o cidadão deve saber* (Manual de instrução cívica). São Paulo, Olegário Ribeiro, 1919.

(3) — A título de exemplo ver Relatório da “Comissão do Voto Secreto”, sobre as atividades desenvolvidas em 1922, bem como o programa para 1923: *O Estado de São Paulo* — 13/04/1923, p. 4.

(4) — Informações sobre as atividades da LNSP podem ser obtidas essencialmente no jornal *O Estado de S. Paulo*. No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo encontra-se um pacote de documentos, incluindo manuscritos da entidade. Ver também o relatório de atividades da LNSP até o ano de 1919 — *A ação da Liga Nacionalista*. São Paulo, Tipografia Olegário Lobato, 1919.

A guerra constituiu-se numa boa oportunidade para o debate em torno de vários aspectos da realidade do país. O conflito afetara um dos setores mais importantes da economia nacional o exportador. A política emissionista, posta em prática para suprir a paralisação da entrada de capitais estrangeiros no país (ocorrida no início da conflagração) provocou a elevação de preços, com graves conseqüências do ponto de vista social. A elevação do custo de vida e à redução do nível salarial, somaram-se a diminuição de horas de trabalho e o desemprego em massa para a classe operária. A carestia afetava a situação não só da classe operária mas também das classes médias urbanas.

O ano de 1917, que trouxe um agravamento dos problemas econômicos brasileiros, marcaria também o ascenso do movimento operário, fortemente influenciado pelas idéias anarquistas, com greves eclodindo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Este ano também testemunharia um incremento nas atividades nacionalistas e, em particular, da LNSP. Dessa forma, a crise sócio-econômica trouxe em seu bojo um impulso para a reflexão sobre a realidade brasileira e os meios de nela atuar. Através da retórica nacionalista, alguns setores da intelectualidade procuraram encontrar soluções para os problemas criados pelas transformações do período. As soluções se revelavam bastante conservadoras, assentadas em propostas de caráter reformista. Palavras como “regenerar”, “reformular”, “recuperar” tornaram-se freqüentes em artigos e textos do período, o que evidencia, portanto, a preocupação com certas modificações, tidas como necessárias, para a manutenção do regime republicano-federativo.

A noção de “crise”, veiculada em artigos do jornal *O Estado de São Paulo* desde 1915, revelava que, aos olhos de intelectuais próximos às classes dominantes, ia ocorrendo uma desestruturação de ordem “harmonicamente” estabelecida no passado. A situação, tanto a nível internacional quanto nacional, lhes parecia em desordem. Cabia, segundo eles, aos indivíduos possuidores do “saber” encontrar uma solução.

O funcionamento das instituições governamentais e a ação dos grupos dirigentes estavam no cerne das preocupações e eram o alvo das críticas. O desencanto com os rumos da República (5) não significava, entretanto, deixar de sustentar o regime ou negar pleno apoio à ordem e às autoridades constituídas.

Para certos articulistas de *O Estado de São Paulo*, por exemplo, a política oficial paulista distanciava população e governo, originando uma situação de não representatividade desta população nas esferas do poder.

(5) — Esse desencanto manifesta-se já nos primeiros anos após a instalação da República. V. a respeito o artigo de Bresciani, Maria Stella “As voltas de um parafuso”, *Cadernos de Pesquisa* nº 2. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

Essa situação era em parte atribuída ao predomínio do executivo sobre os demais poderes. Julgava-se importante restabelecer o equilíbrio entre os poderes (6).

A ausência de formas institucionais realmente representativas teria provocado na população um estado letárgico e de apatia, caracterizando uma onda de pessimismo. Estabelecia-se uma relação entre a inadequada representação política da população e a desorganização desta para lidar com assuntos de seu interesse. O privilegiamento da ação, contraposta à letargia, torna-se um traço marcante nos artigos. Conceitos como ação e mobilização passam a ser frequentemente utilizados nos textos de autores preocupados com o “reerguimento do caráter nacional”.

Os temas propostos para a reconstituição da nacionalidade ultrapassavam uma visão restrita a interesses de classe, apesar de que se falava na necessidade dos industriais, comerciantes e fazendeiros se organizarem para pressionar o governo a atender interesses específicos de cada grupo.

Através de vários artigos publicados em *O Estado de São Paulo*, entre 1915 e 1916, constata-se que a “regeneração da nacionalidade” era colocada como dependente, em larga medida, das seguintes questões: melhoria do nível educacional da população; institucionalização da obrigatoriedade do serviço militar e do voto secreto. A LNSP se constituía ao redor desse trinômio (escola — reforma do voto — serviço militar). Em 1915, era fundado o Centro Nacionalista, embrião da Liga, cuja comissão organizadora era constituída por estudantes da Faculdade de Direito. A Liga seria fundada cerca de um ano mais tarde, em 15 de dezembro de 1916. Esse evento marcava uma atitude de otimismo no campo da política, após duas décadas em que o debate político caracterizara-se pela descrença no funcionamento das instituições republicanas.

Quase a totalidade dos integrantes da Diretoria e do Conselho Deliberativo possuía instrução superior, atuando na iniciativa privada ou exercendo cargos públicos. Esses indivíduos estavam assim vinculados ao que Décio Saes chama de setor “urbano não-manual” (7), majoritariamente como profissionais liberais — advogados, engenheiros, médicos e também jornalistas e professores. Entre os jornalistas, muitos deles formados em Direito, convém destacar a presença no Conselho Deliberativo de Júlio de Mesquita, Amadeu Amaral, Mario Pinto Serva, Nestor Rangel

(6) — Ver, por exemplo, os seguintes artigos no jornal *O Estado de S. Paulo* — 26/01/1916, p. 6; 16/02/1916, p. 4; 3/03/1916, p. 3; 29/05/1916, p. 3; 7/07/1916, p. 3; 30/11/1916, p. 3.

(7) — Ver Saes, Décio A. *Classe média e política na Primeira República Brasileira* (1889-1930), Petrópolis, Vozes, 1975, p. 26.

Pestana, José Bento Monteiro Lobato e Plínio Barreto. Todos eles estiveram ligados ao jornal *O Estado de São Paulo*.

Vários dos integrantes da LNSP, tiveram participação política não só enquanto esta existiu, mas também após o seu fechamento, seja através do Partido Democrático, da UDN ou em movimento como 1932. A título de exemplo, podemos lembrar os nomes de Antônio de Sampaio Dória, Diretor Geral da Instrução Pública no Estado de São Paulo em 1920 e, de Armando de Salles Oliveira, interventor no Estado de São Paulo em 1933.

A LNSP, dentro do quadro de transformações políticas do período, desempenhava um papel importante no processo de diversificação dos interesses políticos dos grupos dominantes nos anos vinte. Legitimava as aspirações de projeção na vida política — ou mesmo profissional — de seus membros, muitos deles jovens recém-egressos das escolas superiores (8)

A predominância de profissionais liberais na Liga poderia nos levar a considerá-la como um movimento oposicionista de classe média. No entanto, nesse grupo de profissionais estavam elementos não só vinculados ao poder, mas pertencentes às famílias de políticos tradicionais da República Velha. Além do mais, as classes médias urbanas encontravam-se ainda dependentes, econômica e ideologicamente, dos grupos dominantes, atuando como “mediadoras” na redefinição de alianças políticas no bloco do poder (9).

Por outro lado, Jorge Street, um típico representante do setor industrial, também integrava o Conselho Deliberativo da LNSP. O vínculo de Jorge Street com uma associação predominantemente de profissionais liberais pode ser explicado se atentarmos para as peculiaridades da política paulista na década de 20. Setores dos grupos dominantes, empenhados em garantir a hegemonia de São Paulo no conjunto da Federação, trabalhavam no sentido de reformular a vida política nacional. Essa reformulação passava pela implantação do voto secreto e obrigatório, cuja importância apreciaremos adiante. Tratava-se assim de uma “solidariedade horizontal” entre indivíduos com posições sócio-econômicas semelhantes, preocupados em defender os interesses de seu grupo de forma

(8) — Ver a respeito Micelli, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, S. P., DIFEL, 1979, pgs. 5-6.

(9) — Conforme Pinheiro, Paulo Sérgio. “Classes médias urbanas — formação, natureza, intervenção na vida política”, in Fausto Boris (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, T. III, *O Brasil Republicano*, 2º v., S. P., DIFEL, 1977, p. 36.

mais eficaz (10). Mais especificamente, era uma solidariedade de setores urbanos com predominância da fração intelectual. O monopólio do saber, de uma educação “superior”, servia como base para legitimar o que eles consideravam como sendo o melhor para resolver os problemas enfrentados pelo país.

Para a LNSP, estando o PRP decadente, os fazendeiros isolados no interior e a classe operária desprotegida, eram os outros profissionais, encabeçados pelos liberais, os únicos em condições de assumir a tarefa de regeneração política do país. Regeneração esta que implicava necessariamente na instauração da hegemonia paulista em outras bases, quais sejam, as da reforma dos mecanismos de representação (11).

A institucionalização do voto secreto foi, de fato, a estratégia política privilegiada pelos integrantes da LNSP. A efetivação do voto secreto implicava no remanejamento dos grupos no poder, identificados com o PRP. Outro objetivo dessa reforma era o de constituir-se em proposta alternativa ao anarquismo junto às classes trabalhadoras. Os anarquistas recusavam qualquer participação a nível parlamentar, participação essa que a LNSP aceitava como única arma de luta política.

Alguns integrantes da LNSP tinham como certo que onde não se permitiam as oposições, revoluções acabavam por irromper, pondo em perigo a estabilidade sócio-econômica do país. A LNSP enfatizava a necessidade de se outorgarem os direitos constitucionais — entre eles o direito do sigilo do voto — às classes proletárias como garantia da estabilidade da ordem social (12).

De fato, uma análise mais acurada da intensa campanha da Liga pelo voto secreto, revela que um dos seus objetivos centrais era a desmobilização do movimento operário através do alistamento eleitoral. No voto secreto, a Liga depositava suas esperanças de conter, de certa forma, a insatisfação social urbana, agravada com a elevação do custo de vida (13).

(10) — Queiroz, Maria I. Pereira de. “O coronelismo numa interpretação sociológica” In: Fausto, Boris (org.), *História Geral da civilização Brasileira*, T. III, *O Brasil Republicano*, 1º v., S. P., DIFEL, 1975, pgs. 185-186.

(11) — Levi-Moreira, Sílvia. “A luta pelo voto secreto no programa da Liga Nacionalista de São Paulo (1916/1924)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo 4 (7): 79-80, mar. 1984.

(12) — Ver a respeito *Estadinho* — 27/11/1919 e 28/11/1919; *O Estado de S. Paulo* — 11/1/1923, pg. 4 e Dória, Antonio de S. *op. cit.*, ps. 141-142.

(13) — A LNSP raras vezes abordou questões relativas ao movimento operário. Em 1919, no entanto, a LNSP dirigiu um comunicado ao “operariado nacional”, manifestando-se contrária à greve dos serviços públicos em São Paulo e caracterizando-a como um fenômeno importado, sem ligação com a realidade brasileira. Ver o manifesto em *O Estado de S. Paulo* — 27/10/1919, p. 2.

Com o escrutínio secreto e obrigatório e o fim da corrupção e das atas falsas, outras propostas políticas careceriam de base para se legitimar, invalidando qualquer ação independente de outros grupos sociais, fossem eles civis ou militares.

Em relação às forças armadas, a LNSP posicionou-se pela total abstenção destas nas lutas político-partidárias, cabendo-lhes apenas o papel constitucional de guardiãs da lei e da defesa da integridade do território nacional (14). Procurava-se caracterizar o setor militar como agente das decisões das lideranças civis e delas dependente enquanto força política, numa tentativa de bloquear a sua capacidade autônoma de ação.

Por ironia da história, a LNSP acabou sendo fechada pelo presidente Artur Bernardes acusada de envolvimento na revolta militar ocorrida em São Paulo no ano de 1924. A associação, preocupada com a manutenção da estabilidade social e econômica de São Paulo, pretendeu manter-se à margem dos acontecimentos, dizendo-se equidistante tanto do governo federal quanto dos revolucionários (15). Esse posicionamento, interpretado como uma falta de apoio incondicional às autoridades governamentais constituídas, levou ao fechamento da LNSP em 7 de Agosto de 1924.

A LNSP não mais foi reaberta (16). O voto secreto continuou como um objetivo a ser atingido. O Código Eleitoral que consagrou a mudança do sistema do voto a descoberto para voto secreto foi decretado somente em 1932.

O ideal de renovação política da LNSP, calcado essencialmente na luta pelo voto secreto, constituiu um projeto alternativo às relações de poder estabelecidas no Estado de São Paulo.

A LNSP foi formada por grupos que de uma forma ou de outra, dependiam da estrutura econômica vigente para a manutenção de suas posições na esfera social. Embora majoritariamente integrada por profissionais liberais, representantes da indústria e comércio, bem como dos bancos, participaram como elementos atuantes da LNSP. O que os unia era, portanto, a crença que eles depositavam na estratégia de reformas

(14) — Ver Dória, Antonio de S. *op. cit.*, p. 182.

(15) — Ver os seguintes manifestos da LNSP por ocasião do levante militar: *O Estado de S. Paulo* — 7/07/1924, pg. 2; 13/07/1924, pg. 1; 15/07/1924, pg. 1.

(16) — Outras agremiações (Partido da Mocidade, Partido Liberal) surgiram na defesa de ideais semelhantes aos da LNSP. Em 1926, o Partido Democrático acabaria aglutinando todos esses movimentos anteriores. O Partido Democrático não só contava com a presença maciça dos integrantes da LNSP, como seu programa refletia grande parte do ideário daquela entidade.

para, de um lado, ampliar seu espaço de atuação política e, de outro, garantir o papel hegemônico de São Paulo no seio da Federação.

O projeto de regeneração política da Liga, calcado em grande parte na doutrina liberal, estava orientado e idealizado para São Paulo e para o Brasil, ou melhor: de São Paulo para o Brasil. Através desse projeto procurava-se garantir a hegemonia política e o predomínio econômico de São Paulo.

Aos “homens de saber” de São Paulo, unidade “mais evoluida” da Nação (17), cabia assumir a liderança na “remodelação” do país, a ser feita essencialmente através da reforma do voto. O ideal de “regeneração” da nacionalidade corporificava portanto, um projeto alternativo que visava a modificação dos mecanismos eleitorais, legitimação última do poder.

Finalmente, cabe uma reflexão sobre o próprio nome da associação. O termo “Liga”, além da acepção literal de uma união, caracteriza a preocupação em se dar um cunho não partidário à associação. De fato, os membros da LNSP não pretendiam assumir um enfrentamento decisivo com o situacionismo paulista, nas mãos do PRP. Pelo contrário, a LNSP procurou exercer sua influência como uma corrente de opinião supra-partidária. E a Liga era realmente “de São Paulo”, uma vez que almejava estender o projeto paulista para o restante do país. Em suma, o nacionalismo da Liga foi uma tentativa de criar um consenso nacional em torno da idéia de que os interesses de São Paulo e do Brasil eram os mesmos.

Não deixa de ser sintomático sem dúvida, um artigo de Mario Pinto Serva em *O Estado de São Paulo* (18), já em 1956. Saudoso da LNSP que “soube tudo prever e quis tudo evitar”, diz o autor que se a associação tivesse sido escutada, não teríamos tido no Brasil o “caciquismo demagógico do ditador dos pampas” e a Revolução de 30, “desastrada sob todos os pontos de vista”. Mais curioso talvez é que o artigo foi escrito em 1956, isto é, numa época em que a bandeira do nacionalismo — por um desenvolvimento capitalista genuinamente nacional — apresentava muito poucas possibilidades de concretização histórica. Na verdade, talvez já fosse uma página virada da história.

(17) — Sobre a proeminência de São Paulo e de suas elites ver, a título de exemplo, alguns dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* — 1/11/1915, pg. 2; 28/11/1915, pg. 2; 6/10/1919, pg3; 27/06/1922, pg. 7. Ver também o artigo de Mesquita Filho, Júlio de. “A comunhão paulista”, *Revista do Brasil*, 21: 375-376, set/dez. 1922.

(18) — Serva, Mario Pinto. “A Liga Nacionalista”. *O Estado de S. Paulo*, 3/08/1956, p. 5.